



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Senhor Alexandre Silveira, informações acerca da geração e distribuição de energia no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Senhor Alexandre Silveira, solicitação de informações acerca da geração e distribuição de energia no Brasil, nos seguintes termos:

1. O que o Ministério tem feito em relação a diversificação das fontes de energia no país?
2. Em relação ao estado do Amazonas e a seca, quais ações e investimentos estão sendo realizados para mitigar os efeitos?

Justificação

A crise hídrica que estamos vivenciando traz um enorme impacto no aumento da conta de luz. Segundo a matéria, a Energisa projeta que a seca pode provocar um aumento de até 60% no valor das tarifas. Esse cenário alarmante exige não apenas nossa atenção, mas também uma reflexão sobre as causas e as soluções para essa crise que afeta diretamente o bolso da população e a economia do país.





A seca que enfrentamos não é apenas um fenômeno natural, mas também um reflexo da falta de planejamento e da ausência de investimentos adequados em infraestrutura energética. O Brasil, historicamente dependente das hidrelétricas para a geração de energia, está vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas e da má gestão de seus recursos hídricos. A consequência disso é um aumento expressivo nas contas de luz, que afeta não só os consumidores residenciais, mas também o setor produtivo, gerando uma cadeia de impactos econômicos.

Quando a água nos reservatórios diminui, as termelétricas são acionadas, e sabemos que essa é uma fonte de energia mais cara e mais poluente. O custo dessa transição acaba sendo repassado diretamente ao consumidor, e o aumento previsto de 60% é um fardo que muitos brasileiros não poderão suportar. Em um país onde grande parte da população já enfrenta dificuldades financeiras, um reajuste dessa magnitude é inadmissível e exige uma resposta urgente das autoridades.

O que precisamos discutir é como chegamos a esse ponto e, mais importante, como podemos evitar que isso se repita no futuro. O Brasil tem um enorme potencial para diversificar sua matriz energética. Fontes renováveis como a energia solar, eólica e biomassa oferecem alternativas mais sustentáveis e menos dependentes das condições climáticas. No entanto, o investimento nessas áreas ainda é tímido em relação ao que realmente precisamos para garantir uma energia mais barata e confiável.

É necessário também que as políticas públicas foquem na modernização da infraestrutura de geração e distribuição de energia. O desperdício de água e de energia, a ineficiência no gerenciamento de reservatórios e a falta de incentivos para o uso de energias alternativas são alguns dos problemas que precisam ser resolvidos. O país não pode continuar refém de crises hídricas e aumentos descontrolados nas tarifas de energia. O povo brasileiro merece uma política energética que seja sustentável e acessível.

Além disso, é preciso ter um olhar crítico sobre a regulação do setor elétrico. O aumento previsto na conta de luz não pode ser tratado como uma fatalidade inevitável. É necessário maior fiscalização e transparência para





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

garantir que os reajustes sejam justos e compatíveis com a realidade financeira da população.

A crise energética é uma realidade que devemos enfrentar, mas é também uma oportunidade para repensarmos nossas políticas, nossos investimentos e nossas prioridades. Não podemos permitir que a população brasileira, já sobrecarregada com o alto custo de vida, seja penalizada por uma gestão ineficiente e uma falta de planejamento no setor energético. Precisamos de soluções que garantam o acesso à energia de forma justa, sustentável e com preços que todos possam pagar.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 02 de Outubro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244699036100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

Apresentação: 02/10/2024 13:01:01.133 - MESA

RIC n.3536/2024



* C D 2 4 4 6 9 9 0 3 6 1 0 0 *